SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA
ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDADO EM 09/07/74

SIPESP O JORNAL

Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo

DEZEMBRO/19 ANO XV ED.113

2019: TEMPO DE LUTA

Atuação junto ao governo, encontro com deputados estaduais, estudos sobre a categoria, conquistas jurídicas e novidades na área de lazer e benefícios: um balanço positivo para a polícia civil.

Pacote de "maldades" de Doria: Polícia Civil segue atenta para refrear retirada de direitos da categoria.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
JOAO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO

Vice-Presidente
MANUEL BORGES DE MIRANDA

Secretário Geral
PAULO AUGUSTO RIBEIRO MORATO ERICA

Secretário Geral Adjunto
VITOR PELLITO

Dir. Financeiro
VLADIMIR DINA CONVENTO

Dir. Financeiro Adjunto
APARECIDA REGINA LOUREIRO

Dir. Jurídico
MARIA HELENA TORRES

Dir. Jurídico Adjunto
JOÃO CARLOS PAVÃO DE PAIVA

Dir. de Patrimônio
MARCO ANTONIO CECOTI DOS SANTOS

Dir. de Patrimônio Adjunto
VILMA APARECIDA ROSA

Dir. Social
JOSÉ MÁRIO EVANGELISTA

Dir. Social Adjunto
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura
ALCYR SOUZA REIS JUNIOR

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto
ROGÉRIO MIRANDA

Dir. de Relações Públicas e Sindicais
JOSÉ ELÍSIO DE SANT'ANNA

Dir. de Relações Públicas e Sind. Adjunto
AGNALDO LUZIA

Dir. do Interior
MAURICIO ROBERTO DO AMARAL

Dir. do Interior Adjunto
REINALDO FARIAS DE ASSIS

Dir. de Aposentados e Pensionistas
CECÍLIO FERREIRA VILELA

Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto
NELSON DE SOUZA

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Presidente
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA

1º Vice Presidente
PAULO SERGIO KOTZENT

2º Vice Presidente
SALVADOR JOSÉ VIEIRA

Secretário
ROSALVO FRANCISCO MACHADO DOS SANTOS

1º Secretário Adjunto
CARLOS LUIZ BEZERRA

Membros Suplentes
Presidente
JORACI DE CAMPOS

1º Vice Presidente
JOAO SAMPAIO LOPES

2º Vice Presidente
PAULO DINIZ ALMEIDA LEITE

Secretário
EDUARDO PINTO FEIJÓ

1º Secretário Adjunto
LUIZ FERNANDO BRASILIENSE

Jornalista responsável: Nelson Ciolli - Mtb: 12.511
Redação e imprensa: Jessamy Kisberi - Mtb: 62.778/SP

JORNAL DO SIPESP
Circulação bimestral
Tiragem: 2.500 exemplares

O que nos espera em 2020

Temos muito a comemorar neste ano que se encerra. Estivemos, como categoria, presentes nas principais lutas em busca pelos direitos da Polícia Civil bandeirante.

Logo no início do ano organizamos um evento na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) que reuniu representantes das polícias, da segurança pública e da casa legislativa. Conseguimos debater alternativas que agregassem novas possibilidades para as defasadas policiais do nosso estado, que enfrentam o desgaste, a falta de estrutura e a desvalorização.

E é justamente essa desvalorização que tem guiado a insatisfação da categoria dentro das delegacias. O constante acúmulo de trabalho sem que haja qualquer reajuste salarial há mais de seis anos está levando a polícia a um nível de dúvida incontornável com relação à gestão do governo.

Em outubro, o atual governador João Doria propôs 5% de reajuste encobertos por um pacote de benefícios para os agentes de segurança pública do estado. Um cálculo simples esclarece que, a fim de reposição, o reajuste deveria ter sido de, no mínimo, 45%.

Estivemos reunidos com mais de oito deputados para mostrar a realidade do operacional. A PCSP hoje tem um dos piores salários do Brasil, ocupando a 19ª posição; conta com apenas 1.850 delegacias e uma queda contínua no efetivo: em 25 anos, o déficit de servidores é de mais de 46%.

Apesar de termos mostrado a força da nossa polícia, o "pacote de maldades" de Doria - que envolve a redução do limite do precatório, o encaminhamento de projeto que visa a retirada de direitos do servidor público, a implantação do novo projeto da previdência, entre outros - nos obriga a mantermos a pressão para que esse processo de desvalorização seja paralisado.

O sindicato é o único capaz de intervir em tantas questões cruciais para o bem da Polícia Civil. E o apoio de todos é essencial para que continuemos pressionando as autoridades, que individualmente, cada um nós seria incapaz de conseguir. São 45 anos de história, 45 anos de conquista.

A construção do sindicato da PC é contínua. Implantamos um novo plano de saúde acessível para a categoria e estamos ampliando o atendimento médico para o interior, assim como os benefícios. Temos descontos exclusivos em escolas e universidades de todo o estado, mais dez convênios que garantem a melhor experiência em hoteis, colônias e pousadas, além de assessoria jurídica gratuita.

Queremos estar cada vez mais próximos de você. Também adotamos a visitação regular de um representante às delegacias para ouvir as solicitações diretamente dos investigadores e demais servidores. E o resultado tem sido efetivo.

Este ano nos mostrou a importância de estarmos juntos em cada novo passo da Polícia Civil. Em 2020, esperamos que essa parceria e união permaneçam para que consigamos alçar voos maiores na busca por cada direito que tem sido cerceado de nós a cada nova gestão de governo.

Nós, do SIPESP desejamos a você, associado, e a toda a sua família, um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Grande abraço,

João Batista Rebouças da Silva Neto

Presidente do SIPESP

TJSP ASSEGURA DIREITO A APOSENTADORIA ESPECIAL COM INTEGRALIDADE E PARIDADE PARA TODOS OS POLICIAIS CIVIS

Luta encabeçada pelo SIPESP garante benefício a policiais que ingressaram na PCSP até 31 de dezembro de 2003

O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou procedente a aposentadoria especial com integralidade e paridade para os policiais civis que ingressaram até 2003. O SIPESP, junto a outros sindicatos, teve participação ativa para que o direito fosse reconhecido.

No documento, desembargadores da Turma Especial do Direito Público do TJSP, decidiram que, por maioria de votos (7 a 5), seria mantida a seguinte tese jurídica: "para os policiais civis que se encontravam em exercício na data da publicação da Emenda Constitucional nº 41/03, o cumprimento dos requisitos da Lei Complementar nº 51/85 assegura o direito à aposentadoria com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, e à paridade de reajustes destes, considerada a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do parágrafo único do art. 6º e do art. 7º da referida Emenda Constitucional".

A referida Emenda Constitucional 41/2003 foi publicada em 31 de dezembro de 2003. almente no site do SIPESP. Portanto, conforme entendimento do TJ, os policiais que ingressaram na PCSP até 31 de dezembro de 2003 estão contemplados e têm direito à aposentadoria especial com integralidade e paridade.

Outro ponto importante é que a Turma Especial abordou a questão do requisito temporal diferenciado, onde o TJSP relembra que na Legislação do Estado de São Paulo, o risco das atividades policiais e seu caráter deletério à saúde são afirmados no art. 2º da Lei Complementar Estadual n° 776/94. E os requisitos etários inseridos no art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 1.062/2008 restaram sem efeito, em virtude do que foi decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 28/SP". Por isso, os policiais civis têm dispensado o requisito etário exigido aos demais servidores civis.

"Isso se dá porque a norma federal derroga a norma estadual naquilo que lhe é contrária, e a Lei Estadual 1.062/08, editada pelo então governador José Serra, que fixou requisito etário para concessão da aposentadoria estabeleceu critérios restritivos à aposentação e, portanto, foi derrogada pela Lei Federal 144/2014", lembrou o advogado do SIPESP Fábio Alencar.

O acórdão está disponível integralmente no site do SIPESP.

NA CÂMARA, SIPESP DEBATE PLC QUE TRATA DO REAJUSTE DE 5%

Durante encontro, agendado pelo vereador Reis (PT), sindicato expôs principais prerrogativas da classe

O presidente João Batista Rebouças da Silva Neto esteve, no dia 11 de novembro, na Câmara Municipal de São Paulo a convite do Vereador Reis (PT), para uma reunião que debateu assuntos relacionados à Polícia Civil paulista. Também participaram o diretor sindical Joraci de Campos, o advogado do SIPESP, Fabio Alencar e a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), Dra. Raquel Kobashi.

Um dos pontos de destaque do encontro foi o Projeto de Lei Complementar (PLC) 79/2019, que versa sobre o aumento salarial de 5%, apresentado pelo governador João Doria no último dia 30 de outubro e que gerou uma série de críticas de toda a categoria.

Também foram apresentadas quatro emendas ao PLC. "Duas delas foram de extrema relevância para a categoria dos investigadores de polícia, que confere equiparação do salário dos delegados ao salário do defensor público; com isso, possibilita aos investigadores e escrivães o salário na proporção de 70% do salário dos delegados de polícia", explicou o presidente.

Com relação à previdência estadual, todos demonstraram grande preocupação em meio a tantas mudanças dentro dos direitos dos agentes de segurança.

Para tanto, foram abordadas estratégias para a atuação das entidades classistas presentes no sentido de adotar medidas em conjunto contra o desmanche da Polícia Civil por meio das políticas estabelecidas pelo atual governo.

"Foi uma reunião muito produtiva e enfática no que concerne aos direitos da nossa polícia. Estarmos juntos nessa caminhada é 50% do processo de conquistarmos nossos direitos. Todo o apoio na luta pelas prerrogativas da PCSP é válido", ressaltou Rebouças.

SIPESP TRAÇA PRÓXIMO ATO CONTRA OS 5% DE AUMENTO DE DORIA

Após divulgação do reajuste, mais de 1.500 policiais foram às ruas contra a desvalorização; "aumento" não cobre defasagem de seis anos sem reajuste

Após se indispor com a categoria, o governador de São Paulo, João Doria, anunciou, no dia 30 de outubro, o tão esperado aumento para cerca de 280 mil servidores ativos e inativos, inclusive pensionistas das Polícias Civil, Militar, Técnico-Científica, bombeiros e agentes penitenciários.

Com um aumento de apenas 5%, a categoria levanta hipótese de paralisação junto ao Sindicato. "Todas as medidas passam a valer a partir de 1º de janeiro de 2020", disse Doria.

O reajuste representa R$1,5 bilhão no orçamento do estado de São Paulo para o próximo ano. "Considerando que a nossa polícia está sem reajuste desde 2013, a medida anunciada pelo governador não alcança nem a perda inflacionária salarial da nossa categoria. São seis anos de desfalque! Isso é um verdadeiro desrespeito!", afirmou o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto durante a coletiva.

O governador também apresentou cinco pacotes de valorização além do reajuste: segundo ele, os policiais receberão assistência jurídica gratuita, paga pelo estado, não se aplicando a casos disciplinares, administrativos ou de corrupção; bonificação por resultados que passa a ser bimestral, seis vezes ao ano (antes eram quatro bonificações) ; auxílio - alimentação de todos os policiais será equiparado ao maior valor disponível, R$ 796 de acordo com a jornada e o reconhecimento a todos os policiais o direito de adicional de periculosidade.

"Ele lança esse monte de propostas que são um cala-boca para o verdadeiro problema salarial da nossa polícia. Assim que o projeto for divulgado, vamos convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para consultar os rumos de uma possível mobilização da Polícia Civil", alertou Rebouças.

A proposta de Doria será enviada à Assembleia Legislativa para aprovação dos deputados.

Marcha contra os 5%

A resposta ao reajuste foi um ato que mobilizou a categoria.

No dia 4 de novembro, mais de 1.500 representantes da segurança pública se uniram contra as medidas no centro de São Paulo.A mobilização aconteceu simultaneamente em três regiões da cidade.

Os policiais militares se reuniram em frente ao Comando da Polícia Militar, na Avenida Tiradentes, na Luz, centro de São Paulo. Os funcionários da administração penitenciária se encontraram em frente à SAP (Secretaria de Administração Penitenciária), na Avenida General Ataliba Leonel, em Santana, na zona norte da capital. E os policiais civis e técnicos- científicos estiveram na Rua Brigadeiro Tobias, no centro histórico de São Paulo.

Para o presidente do SIPESP, o pacote de valorização não passa de camuflagem para acobertar o baixo reajuste oferecido pelo governo. "O aumento deveria ter sido de, no mínimo, 45% para tentar compensar os seis anos em que ficamos sem qualquer reajuste", disse.

"Você é uma mentira, Doria. Nós não temos medo de você, governador. Nós merecemos respeito, dignidade. Não só com relação ao salário, mas nas condições de salário", falou o presidente do Sindicato.

O SIPESP continua atuando junto aos deputados para pressionar Doria a rever a proposta.

SIPESP CONTRA DORIA APÓS ATAQUE A POLICIAIS APOSENTADOS

Em nota, Sindicato relembra governador da sua falta de compromisso com a segurança pública de São Paulo

Confira nota publicada pelo Sindicato:

#respeiteaPCSP

O governador João Doria mostrou a sua verdadeira face para a nossa polícia. No dia 15 de outubro, durante um evento em Taubaté, o governador chamou os policiais aposentados de "vagabundos".

Mais do que nunca estamos diante de um problema real: o governador eleito mostrou seu despreparo ao ofender e denegrir a imagem daqueles que tanto fizeram por nosso estado. Não respeitar o passado é desmerecer também o futuro. Hoje os trabalhadores que ele saúda, serão os aposentados de amanhã. E aí? Então eles não serão mais ovacionados pelo valioso trabalho que exercem?

O governador deixou claro que, se quisermos nos aposentar, teremos que nos submeter, ou melhor, "beijar os pés" de algum político para que consigamos ser reconhecidos e receber pela atividade de alta periculosidade que exercemos durante toda uma vida, em sinal de dedicação absoluta para com a população da nossa cidade e do nosso estado.

Não podemos contar com ele, que é sinônimo de charlatanismo de quando se trata de cumprir o que promete. A ardilosidade do governador vai além quando se refere à polícia.

Em campanha, Doria afirmou que seríamos as polícias com os melhores salários do Brasil. E continuamos no aguardo de que a promessa do reajuste salarial no dia 31 de outubro não seja mais um golpe do governador paulista.

Mas o que esperar de alguém que destrata aposentados? Que ofende sua existência? Que insulta sua história? Ao proferir tais ofensas, Doria só mostrou a falta de apreço e zelo pela segurança pública do nosso estado. Estamos à mercê. Temos que travar a nossa própria luta.

O SIPESP não vai tolerar que alguém que 'está' governador seja a voz ou que defina a história da Polícia Civil ou Militar de São Paulo.

ALESP APROVA PROJETO QUE DIMINUI EM 61% O TETO DOS PRECATÓRIOS

O PL é de proposição do governador João Doria

Foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), o Projeto de Lei (PL) nº 899 proposto por Doria e que diminuiu em 61% o teto das Requisições de Pequeno Valor, que são precatórios de até R$ 30 mil em 2019.

Os créditos das RPVs seguem regras próprias de pagamento e são quitados em até 60 dias.

As Requisições de Pequeno Valor foram criadas para beneficiar os credores do Estado com pequenos valores a receber, cujo teto era de R$30.119,20. Com a aprovação da Lei, o teto será reduzido para R$11.678,90. Ultrapassando este valor, o credor entra na fila de precatórios.

De acordo com projeto aprovado pelos deputados estaduais de São Paulo no dia 5 de novembro, o governo do Estado deve reduzir o valor das chamadas obrigações ou requisições de pequeno valor, chamadas de OPV ou RPV. A votação foi acirrada e o placar marcou 41 votos favoráveis e 40 contrários.

O deputado Paulo Fiorilo (PT) expressou preocupação com a fila de pessoas aguardando receber os pagamentos.

"Você atinge quem mais precisa, as pessoas que estão esperando e que se não receberem vão morrer sem poder usufruir. A ideia era tentar mexer nos valores maiores, que não têm tanta pressa para receber", explicou o parlamentar.

O líder do governo na Alesp, deputado Carlão Pignatari (PSDB), explica que a iniciativa beneficiará anualmente mais de 120 mil servidores públicos. "Serão atendidas mais pessoas do que em 2018, e o valor pago será aumentado em aproximadamente R$ 240 milhões. Acho que a assembleia fez direito aprovando um projeto dessa grandeza para melhorar a vida das pessoas que moram em São Paulo".

Para o deputado Gil Diniz (PSL), a aprovação do projeto terá um impacto negativo para os funcionários públicos. "Quem mais vai sofrer no Estado de Paulo é o funcionário público, principalmente professores e policiais militares, que foi o que a gente tentou impedir no Plenário, sem sucesso".

Agora a medida segue para a análise do governador João Doria (PSDB), que pode vetar ou sancionar.

REUNIÕES COM INVESTIGADORES DE SEIS CIDADES REVELAM PROBLEMAS NO INTERIOR DO ESTADO

Participantes também receberam um curso completo de tiro, oferecido gratuitamente pelo Sindicato em prol da segurança dos policiais

O projeto de interiorização do SIPESP está em plena atividade. Nos dias 12, 13 e 14 de novembro, o Sindicato marcou presença em Lins - que reuniu investigadores de Getulina, Guaiçara, Promissão - e em Borborema, que recebeu participantes de Novo Horizonte.

Os participantes, acompanhados pelos diretores Maria Helena Torres e João Carlos Pavão de Paiva, conheceram as últimas novidades relacionadas à atuação do SIPESP pela categoria.

Durante os encontros também foi apresentado aos policiais o DART, aparelho desenvolvido pela SWAT e que é utilizado por órgãos de segurança americanos, como o FBI, CIA, U.S. Police, entre outros. O DART oferece simulações por computador que permitem a prática da habilidade de tiro em um ambiente seguro, sem custo de munição, de problemas logísticos de um campo de tiro tradicional, o que torna a atividade totalmente portátil, acessível, eficiente e fácil. O curso foi ministrado pelo instrutor Marco Antonio Aguiar.

O prefeito de Promissão, Dr. Artur Nogueira Franco (que é delegado afastado para exercício da função), destacou ser importante a iniciativa. “Coloca essas pessoas que trabalham com segurança em contato de um forma bem simples e sem custo com esse treinamento bem efetivo”, falou.

“Esse treinamento é excelente para condicionamento, para o nosso trabalho e aperfeiçoamento. Muito obrigado ao Sindicato, que proporcionou isso para nós”, disse um dos representantes da Guarda Municipal de Borborema.

O prefeito de Borborema Vladimir Adabo, e a vice-prefeita Sheila, além de também participarem do treinamento, parabenizaram a iniciativa da conterrânea, Maria Helena, e estenderam os agradecimentos ao presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto. “É uma oportunidade única que nosso município está tendo através do Sindicato. É um privilégio ter acesso a uma tecnologia de instrução de tiro”, agradeceu Adabo.

Nos três dias, estiveram presentes representantes da Polícia Civil (investigadores, delegados, escrivães, etc), da Guarda Civil Municipal, da Polícia Militar e membros do Bombeiro Comunitário .

RELATOS

Durante a visita, os diretores conversaram com os participantes para conhecer suas histórias. Três se destacaram por abordarem justamente a necessidade do treinamento entre a polícia.

Um dos policiais contou que, após uma incursão, foi vítima de um disparo acidental realizado por um dos colegas que segurava a arma com o dedo no gatilho e destravada dentro da viatura. Ele só escapou porque o disparo foi feito enquanto o outro policial descia da viatura e, por isso, ele não morreu. No entanto, por quase um ano teve que utilizar uma bolsa de colostomia.

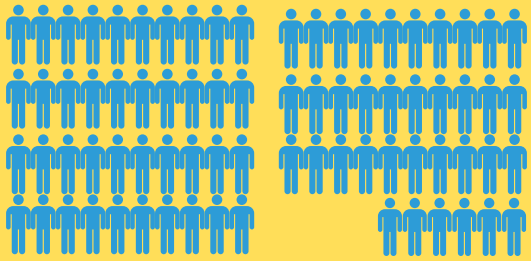
A outra situação relatada por outro policial foi de que o irmão, também policial, deu um tiro no próprio pé ao tentar retirar a arma do tornozelo.

No último caso, o policial foi retirar a arma do coldre quando a arma disparou acidentalmente contra seus órgãos genitais.“Infelizmente são situações que acontecem, mas que poderiam, claramente, ser evitadas com o devido treinamento”, relatou a diretora Torres.

O treinamento dado pelo SIPESP aborda ação sob pressão, movimento, mira, abordagem, entre outras questões essenciais para proteção e sobrevivência dos policiais.

SIPESP NA MÍDIA: UM BALANÇO DA COMUNICAÇÃO ENTRE A CATEGORIA

A comunicação é a chave para as conquistas entre a categoria



Os homens são os principais seguidores da página

76%

34%

Mais de **200** pessoas leem as notícias diariamente pela rede social

Mais de 600 atividades relacionadas à comunicação foram realizadas: desde redação e publicação de novas notícias a edição de vídeos e eventos!

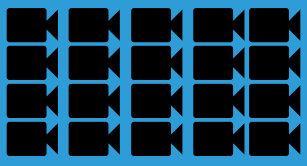
99,16% de aumento nos seguidores em 1 ano

Curta nossa página!

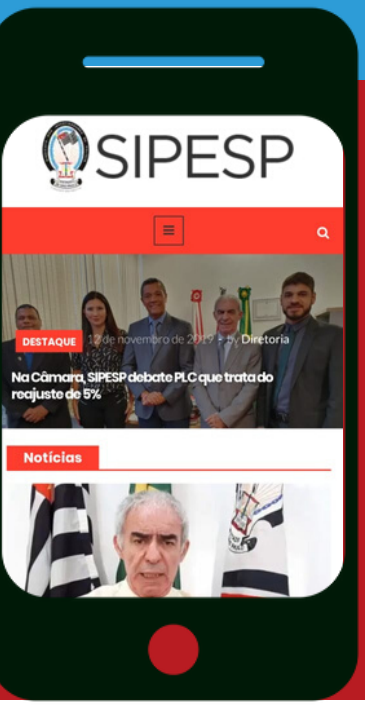
Não esqueça:

ative o sininho para receber as notificações!

Já são mais de ***3 mil visualizações***



Já foram publicados **20 vídeos** na plataforma para acompanhar de forma fácil e rápida as notícias da Polícia Civil.



Na mídia, SIPESP foi citado **200% a mais** que em 2016.

Em outubro, o site teve aproximadamente **22 mil** acessos.

E mais de 150 notícias no ar!

Mais de 2 mil pessoas olham o site todo mês.

NOVIDADE NA COLÔNIA DE FÉRIAS NO LITORAL

Após nova reforma, conforto está mais que garantido!